

**ATA DE REUNIÃO DA DIRETORIA DO FÓRUM NACIONAL DE
SECRETÁRIOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

1
2
3 Aos 08 (oito) dias do mês de maio do ano de dois mil e doze, às nove horas, na sala de reuniões do Conselho
4 Nacional de Assistência Social - CNAS, localizada no 1º andar do Anexo do Bloco "F" da Esplanada dos
5 Ministérios, Brasília-DF, foi realizada reunião do Fórum Nacional de Secretários(as) Estaduais de Assistência
6 Social – FONSEAS. Estavam presentes os Secretários: Sr Antônio Torres; Sr. Carlos Daniel Dell Santos Seidel;
7 Sra Roseli de Fátima Meira Barbosa; Sra Tânia Mara Garib; Sra Célia Mota Carvalho; Sr Francisco Guedes
8 Alcossorado; Sr Luis Eduardo Carneiro. Estavam, ainda, na condição de representantes dos Secretários: Sra
9 Regina Mercês Alves; Sra Meive Ausônia Piaseci; Sra Ana Maria Macedo; Sra Dalila Pedrini; Sra Nivia Silva;
10 Sra Célia Maria de Souza Melo Lima. A Presidenta do FONSEAS, Secretária Maria Aparecida Ramos de
11 Meneses, abriu a reunião dando boas vindas a todos e na sequência submeteu a proposta de pauta para
12 apreciação, tendo sido aprovada pelos presentes. Inicialmente apresentou Fernanda como sendo a nova
13 assessora de imprensa, e que a mesma deixará os contatos para a articulação da comunicação com os
14 estados e Distrito Federal. Apresentou novamente Sueneide como secretária do FONSEAS. 1- **Informes**
15 **Gerais:** A presidenta apresentou o ofício do secretário Francisco Guedes. O Secretário falou da importância
16 desta demanda tendo em vista que os municípios coletam os dados relativos à assistência social, mas
17 quando os estados dependem de autorização do MDS. A Secretária Adjunta Célia Lima reforçou a
18 importância desta demanda, dizendo que no estado do Ceará sentem a necessidade já que os municípios
19 não estão tendo acesso suficiente aos dados censitários, para efetivamente inserir as famílias após a
20 identificação, já que não tem como articular os dados do setor censitário, por falta de cruzamento com
21 CadÚnico. A Secretária Adjunta do Pará, Sra Meive, reforçou que fizeram este questionamento e que a
22 justificativa técnica é a impossibilidade de acesso aos microdados. A Sra Nivia, do estado de Minas Gerais,
23 comentou que em seu estado adquiriram um sistema para a compilação dos dados, com custo de R\$ 33 mil.
24 Divulgou a consultoria e sinalizou a importância da capacitação pela SAGI. O secretário Daniel do DF reforçou
25 que esta é a maior demanda do DF no Plano Brasil sem Miséria, e que vem normatizando o acesso aos
26 demais gestores das Secretarias, que tinha entendido que a verba 7 era para contemplar esta necessidade.
27 Reforçou que havia o compromisso com o FONSEAS e que entende que deve se investir. No DF paga-se o
28 acesso R\$ 500,00. Estão realizando a migração. A Secretária Adjunta do Tocantins, Sra Regina, falou que
29 contrataram a universidade para diagnóstico e que é fundamental ter acesso aos dados para focalizar o
30 acesso das famílias. A Secretária Márcia do Mato Grosso considerou que é uma demanda antiga dos estados
31 e que é preciso reforçar mais este acesso, já que os estados trabalham com este público e acesso favoreceria
32 a ampliação das ações, pois compromete nosso trabalho. A Sra Meive acrescentou que monitoramos,
33 alimentamos o sistema e como não temos acesso, que os estados estão investindo, estão instalando o setor
34 de vigilância e monitoramento. São vários sistemas, sendo necessária a orientação e o ordenamento para
35 que os mesmos se cruzem e tenham resultados. Propôs um encontro com a SAGI. A Sra Nivia completou
36 dizendo que o curso do MDS dá várias possibilidades, no entanto são poucas vagas. A Secretária Maria
37 Aparecida comentou que o FONSEAS vai propor uma oficina específica para as equipes, que solicitou a
38 presença da SAGI. Passou a palavra ao Secretário Francisco para contextualizar a proposta do Piauí, antes
39 disse que em seu estado 170 municípios decretaram situação de calamidade em função da seca. O
40 Secretário falou da sua experiência como pesquisador e que elaboraram um estudo que mostra que as secas
41 são previsíveis tecnicamente, que a cada 26 anos ocorrem as grandes secas. Implantaram o programa
42 nacional de convivência com o semiárido, considerando que as secas são previsíveis e a responsabilidade é
43 de todos. A indústria da seca se favorece com o clientelismo, daí a importância da utilização do CadÚnico.
44 Para combater a desigualdade regional é preciso mais investimentos nos estados e municípios, alertando,

45 ainda, da importância do Pré-sal, como fonte de investimentos. **2 – I Encontro Nacional de Assistência**
46 **Social:** após a apresentação da assessora Jucimeri, a Sra Ana Macedo do estado do Paraná, disse que não
47 tem recebido os emails e sugeriu que os Planos Nacionais não sejam centrais nos debates. A Sra Célia Lima
48 sugeriu que sejam contemplados temas como regionalização e financiamento. Ponderou que dezembro não
49 é uma data que contempla participação dos técnicos. A Secretária Célia de Roraima valorizou este espaço
50 para que fossem ouvidos, que o tema do financiamento é fundamental e que não reconhece seu estado
51 nas pactuações da Comissão Intergestores Tripartite - CIT. Problematizou a situação do seu estado,
52 principalmente porque a maioria dos serviços fica sob responsabilidade do estado, não vislumbrando-se uma
53 possibilidade dos municípios ou rede privada assumirem. A Secretária Roseli ponderou que dezembro não é
54 uma dificuldade já que o público é dos estados e precisamos nos preparar para as mudanças de secretários,
55 sendo fundamental a troca de experiências no enfrentamento a pobreza, sistema de informação e fundo a
56 fundo, regulamentação do Suas nos estados. A Sra Meive argumentou que neste encontro poderia se
57 discutir diversidade e sua relação com o financiamento, que a definição das lanchas na sistemática proposta
58 exclui municípios que ficaram fora pelo critério. A Presidenta encaminhou que o documento será reenviado
59 para finalizar as contribuições. Foram destacados os estados da Paraíba, Distrito Federal e Brasília, como
60 possibilidades para a realização do Encontro. **3 – Definição dos Temas da Revista do FONSEAS:** após a
61 apresentação da assessora Jucimeri, o secretário Antônio sugeriu que fique definido os estados que vão
62 contribuir. A Sra Célia Lima sugeriu que tem outros temas como gestão do trabalho, financiamento, tratar de
63 todos os temas, e que as experiências de todos os estados podem contribuir, considerando, ainda, sua
64 educação semestral. A assessora Jucimeri sugeriu um caderno de texto para contemplar os temas que
65 interessam às gestões e que estão em fase de implantação, como financiamento e vigilância. A secretária
66 Regina distribuiu seu material de divulgação. O Secretário Antônio reforçou a importância da revista. A
67 Presidenta encaminhou a composição do comitê, ficando definidos os seguintes estados: Ceará, Mato
68 Grosso, Distrito Federal, Minas Gerais, Pará e Paraná. A Secretária do Pará sugeriu o tema da
69 intersetorialidade. **4 – Proposta de Aprimoramento do site:** após a apresentação das opções de layouts,
70 ficou definido a opção número 1 com cores em azul. Foi decidido a apresentação de propostas de logomarca
71 padrão para FONSEAS, a serem apresentadas na próxima reunião. **5 – Oficina Nacional SUAS/SINASE:** a Sra
72 Meive disse que há uma solicitação do CONANDA aprofunda o debate sobre a relação SUAS/SINASE,
73 questionando como capacitar diante da imprecisão de responsabilidades. A presidenta reforçou a
74 importância de aprofundarmos diante do tensionamento existente. A presidenta encaminhou a composição
75 de uma comissão, com indicação de um representante da Paraíba. Esta comissão acompanhará a
76 organização da oficina em conjunto com a SNAS. **6 – Questões administrativas e financeiras:** a presidenta
77 divulgou a carta do FONSEAS com teor mais político sobre a importância desta instância e da anuidade.
78 Solicitou o apoio dos Secretários e disse que os boletos já foram encaminhados. A Sra Nivia disse que
79 encontrou dificuldades para justificar o pagamento em seu estado, e que com a carta terá argumentos. A Sra
80 Meive falou que a pauta da CIT não aborda o que exatamente será discutido. A presidenta disse que no
81 período da tarde poderemos aprofundar melhor as discussões dos assuntos que serão pactuados. A Sra Célia
82 Lima falou da importância de aprofundarmos antes e retomar no Fórum sempre que for necessário, sendo
83 este o objetivo do Fórum. Avaliou que é preciso ter cuidado na articulação de pautas a serem pactuadas. A
84 assessora Ana falou que a preocupação do estado foi com relação ao cofinanciamento aos municípios, que
85 estamos em ano eleitoral o que dificulta os repasses, e que se preocupa com a pactuação de recurso alheio.
86 O estado tem que cofinanciar de acordo com suas possibilidades. Solicitou avaliação da possibilidade de
87 rever a pactuação. A Secretária Celia Roraima concordou com a Ana, mas que agora não é possível retomar o
88 que foi pactuado já que o Fórum pactuou. Que tem decisões que estão sendo aceleradas. Apelou que o
89 FONSEAS articule mais e tenha mais cuidado nas pactuações. O Secretário do Antônio disse que o momento

90 é oportuno para articularmos melhor, a exemplo do Brasil Sem Limites, que quando é pactuado já vem
91 pronto, sendo que implica cofinanciamento. Meive destacou que a articulação com o Congemas é
92 fundamental para tornar exequíveis estas resoluções. Falou da participação do Fórum no CNAS, e que o MDS
93 possui vários representantes. Questionou o fato da pauta do CNAS incluir a discussão das resoluções que já
94 foram pactuadas. Sr José Rodrigues do Mato Grosso fez observações técnicas da resolução que atribui
95 responsabilidades dos estados no cofinanciamento e que tem problemas de competências. O Secretário
96 Daniel falou da importância da democracia no âmbito do FONSEAS. Tem o avanço do aceite do estado, mas é
97 um processo complexo por conta dos compromissos. Que posicionou a experiência do DF no momento da
98 pactuação, mas é necessário fechar posição anteriormente. Talvez possa rever a forma do Fórum se reunir
99 para preparar a pauta. Temos que fazer valer a pacutação coletiva, reservar o direito à diferença, desejável
100 pactuarmos sempre, que o Fórum avançar na forma de articulação também, a exemplo da comunicação
101 interna que tem problemas. Sra Célia do Ceará reforçou que não é contra o cofinanciamento, mas com a
102 forma. A reivindicação é que o estado não seja visto como o que não quis implantar, disse a Sra Meive do
103 Pará. A presidenta argumentou que foram estes aspectos que a levaram à presidência, para que o fórum
104 tivesse espaço de reflexão. Avaliou que a reunião anterior foi muito tensa, que o MDS monopolizou a
105 discussão. Avalia que deveria ser antecipado o que seria pactuado. A Secretária Regina reforçou que temos
106 que ter acesso à pauta antecipadamente permite a participação das equipes. A Sra Meive retomou a tensão
107 nas reuniões, lembrou, ainda, que deveriam ter mais respeito com os representantes dos estados, que se
108 sentem alijados do processo, além do desconforto do local, dada a importância da reunião. Sugeriu
109 encaminhar formalmente. A Sra Célia argumentou que entende que o Fórum deve discutir só com os
110 Secretários e solicitar uma pauta qualificada. A reunião foi interrompida para o almoço. **7. Reunião com a**
111 **Secretaria Nacional de Assistência Social:** a presidenta repassou à Secretária Denise a carta de
112 reivindicações elaborada no período da manhã. Solicitou de início que seja apresentado o que será objeto de
113 pauta na reunião da CIT do dia seguinte. O Secretário Francisco apresentou a demanda do acesso aos dados
114 do Cadúnico, o que foi reforçado pelas Secretárias Regina e Célia. A secretária Tânia reforçou que a
115 presidenta Dilma e a Ministra Tereza apresentam para a mídia que o CRAS tem o papel de localizar as
116 famílias, no entanto não é repassado aos estados, e que somos parceiros no pacto federativo, mas não
117 temos acesso às informações. É necessário apresentar as reivindicações à Ministra. O estado ter acesso às
118 informações qualificará os serviços. A Secretária Denise agradeceu o carinho e a atenção de todos, tendo em
119 vista a compreensão manifestada durante seu afastamento por motivo de saúde. Colocou novamente a
120 Secretaria à disposição para atender reuniões específicas. Anunciou que Eutalia Barbosa, ex Presidenta do
121 FONSEAS, assumirá a Direção da Proteção Social Básica. Prontificou-se em verificar a possibilidade de
122 ampliar participantes do curso da SAGI e incluir a temática específica. Disse que a versão 7 ainda não está
123 acessível nem para a SNAS, que é um problema para todos os gestores nos três níveis de governo. Fará uma
124 discussão para verificar o que é possível gerar de dados. O que já é possível fazer é a extração dos dados
125 pelo Tab Social e o IDV. Acha interessante que na próxima reunião as demais Secretarias estejam presentes.
126 Concordou que a pauta deve ir com antecedência. O regimento interno prevê 3 dias. É preciso encontrar um
127 meio termo. A pauta tem um trâmite interno que traz uma dificuldade já que o conteúdo não fica preparado
128 com antecedência. Quando não for possível fará contato com as direções. Argumentou que tem clareza do
129 conjunto de pactuações que estão sendo encaminhados. No entanto tem o prazo eleitoral, os aceites e o
130 processamento interno para que os demais entes iniciem as ações. Tem encaminhado à discussão junto à
131 Casa Civil para a normatização da excepcionalidade da assistência social. Argumentou que a SNAS tem a
132 previsão da transferência obrigatória prevista na LDO. O empenho é sua aprovação antes do período
133 eleitoral, tem a Lei aprovada, mas o trâmite é demorado e não sabe se ocorrerá em tempo. Assim, justificou
134 porque do conjunto de pactuações em março em abril. Dia 29 e 30 de junho será realizada oficina com

135 órgãos de controle da União e estados (área de gestão financeira). A Diretora Simone sugeriu que seja
136 revisto o regimento interno caso seja necessário o prazo, já que a pauta da CIT é construída pelos entes
137 federados. A Secretária Tânia ponderou que é uma questão de bom senso, tem questões que não exigem 15
138 dias. Argumentou que temos acúmulo que nos permite amadurecimento, como a apresentação dos
139 destaques e não leitura. A Secretária Cida encaminhou que o objetivo não engessar, algumas questões
140 podem surgir no dia e outras exigem posicionamentos e acordos, exigindo uma participação mais
141 qualificada. A Secretária Denise destacou que está previsto repasse de recursos às instâncias do SUAS.
142 Apresentou a pauta da reunião da CIT dizendo que será apresentado como estão os processos de expansão.
143 Está sendo desenvolvido um aplicativo de informe da rede privada, sendo necessária a análise e validação
144 para viabilizar a adesão das entidades pelo vínculo SUAS. Os encaminhamentos do Programa Capacita SUAS,
145 contextualizando o processo até então. Lembrou, ainda, dos prazos para envio dos Planos de Capacitação.
146 Apenas 5 estados enviaram. Será feito um balanço dos atrasos no envio dos Planos e Demonstrativos, sendo
147 necessário apoio dos estados na mobilização dos municípios. Será apresentada uma proposta da proteção
148 social básica em relação aos municípios que não aderiram. Foi feita uma avaliação do conteúdo da
149 NOB/SUAS, e a proposta é condensar a NOB/SUAS/05 e as novas pactuações, acrescentando inovações com
150 a nova Lei. O conteúdo de qualificação de serviços ficaria para uma nova normatização, considerando ainda
151 que dependemos das discussões das câmaras técnicas para as novas definições. A proposta é deixar a Nob
152 mais genérica e as portarias detalharem quando necessário. Será feito o relato das câmaras técnicas. A
153 pedido da Secretária Tânia foi introduzido o reordenamento do PETI no SUAS e relação com demais políticas.
154 Será feita uma proposta de metodologia para estas definições. A Secretária Tânia ressaltou o fato de
155 sedirmos a Conferência Mundial. Disse que temos que enfrentar os institutos, pautando inclusive os dados.
156 A secretária Denise ressaltou que a idéia é fazermos os estudos, da defasagem entre o Censo e a Pnad, até
157 para fundamentar as metas. Por último é a definição de alteração de data para a reunião da CIT, para que
158 seja no dia 04/06. A presidenta abriu a palavra. A Diretora Eutalia informou que a pactuação da básica não
159 envolve partilha de recurso. Será apresentado um panorama, com pactuação de prazos. A Sra Célia
160 questionou o aceite do programa de inclusão no mundo do trabalho. Foi informado que será no dia 21/05 a
161 20/06. A assessora Mariana informou que são dois aceites, um aberto hoje para ficar elegível para o
162 programa. Para participar do programa que está em discussão no CNAS é preciso aderir até a data de hoje.
163 Entre os dias 8 e 20/05 será realizado mapeamento da situação para definição dos elegíveis. A Diretora
164 Eutalia explicou que o critério para adesão ao programa da assistência social é ter aderido ao Planatec com
165 número igual ou superior a 200 vagas. A Sra Dalila de Santa Catarina falou que os critérios excluem
166 municípios de seu estado, pois sabiam que apenas 12 estados poderiam aderir. Ficam de fora municípios
167 com menos de 80 mil habitantes. Sra Eutalia explicou que até o dia 14/05 será processado e encaminhado
168 municípios elegíveis de acordo com a pactuação da CIT e deliberação do CNAS. Serão elegíveis municípios
169 que pactuaram 200 vagas. Sra Denise afirmou que o limite orçamentário é decisivo, mas o programa
170 continuará. A Secretária Cida argumentou que outro assunto tratado é a dificuldade dos estados em
171 operacionalizar a pactuação quanto ao cofinanciamento de 50% para os Centros-Dia. A assessora Ana
172 contextualizou o que fora discutido pela manhã. O Sr José argumentou que o desejo dos estados é incluir
173 50% de todo recurso destinado pela SNAS. Avaliou-se pela manhã a Resolução n. 11, que prevê que os
174 estados deverão aportar no mínimo 50% do valor mensal de referência do governo federal. Questiona a
175 legalidade desta definição, considerando as atribuições em cada esfera, e todas as alterações orçamentárias
176 e de execução, considerando que os estados possuem capacidade de investimentos diferenciada, sendo
177 necessário que cada estado fizesse a pactuação e a aprovação dos recursos em cada ente e âmbito de
178 competência. Avalia que houve vontade de acertar, mas extrapolou-se atribuições, não que os estados
179 estejam se furtando de suas funções. Para os municípios a penalização é para os usuários, podendo ser uma

180 resolução inócua. Sra Tania argumentou que a reunião foi tensa e que só uma legislação poderia definir tal
181 obrigação. A Diretora Simone afirmou que possui uma coordenação de regulação composta por assessoria
182 jurídica. Não foi normatizado recursos do governo estadual. O aceite expressa uma concordância dos entes,
183 exemplificou o Viver Sem Limites e o Capacita Suas. Não há uma obrigação, se não ocorrer o aceite não há
184 obrigações. Quem não aceitar não terá prejuízos jurídicos. A Secretária Cida falou da experiência em seu
185 estado, que o aceite é “por livre espontânea pressão”, que existe uma limitação orçamentária. Questionou a
186 possibilidade de a adesão ser compensada para o próximo exercício. A secretária Célia de Roraima disse que
187 encaminhou o pedido para problematizar a pactuação na CIT mas os representantes não encaminharam. A
188 Secretária Tania argumentou que a pactuação foi feita e que a avaliação contribuirá para que pautas não
189 retornem. Manifestou que encaminhará sua indignação pela dificuldade em entrar na Secretária Nacional de
190 Direitos Humanos, pelo desrespeito, que havia reservado R\$ 240 mil par ao programa. A Sra Célia ponderou
191 a importância da revisão do cofinanciamento, tendo em vista os custos dos estados para a regionalização,
192 que o MDS avance no cofinanciamento sem aguardar resultados da câmara técnica. A secretária Denise
193 ponderou que estão cumprindo o acordo com o FONSEAS. Disse que a Secretaria Nacional de Direitos
194 Humanos está realizando experimentos na relação cooperada. Na área da assistência social considerou que
195 negociaram uma experiência piloto, contemplando um por região, na implantação de dois serviços novos
196 compartilhados com a saúde, sabendo que não seria possível avançar sem a articulação intersetorial e entre
197 os entes. Neste momento a SNAS tem a intenção de implantar pelo menos um por região na assistência
198 social, e residência em 40 municípios, passando agora ou depois do processo eleitoral, sendo necessário
199 avaliar no processo e fazer o sequenciamento. Será feita reunião com a Secretaria Executiva do Ministério na
200 próxima semana. A Sra Célia e a Secretária Regina questionaram aspectos do funcionamento. A Secretária
201 Regina sugeriu a consulta por parte do FONSEAS, que em seu estado implantou Fundo de Combate à
202 Pobreza com ações que implicam investimentos. A Secretaria Denise solicitou apoio no aceite, e que a
203 Secretaria fará reuniões no sentido de planejar. A Secretária Tania argumentou que o Plano é genérico e que
204 o planejamento de cada item é detalhado pelo governo. A Secretaria Denise falou da negociação com o
205 Plano de Combate ao Crack, que está sendo feita uma pactuação conjunta, com exposição do que já foi
206 pactuado no Suas. A Secretária Tania falou da qualificação prevista, recomendou que o MDS fizesse gestão
207 junto ao Ministério do Trabalho para a utilização das metas no Pronatec para os jovens, com um plano
208 especial. A Secretária Denise argumentou que no programa de integração podemos inserir. A secretaria
209 Denise apresentou a agenda de Combate ao Crack, junto aos estados e da participação das demais
210 Secretarias, geral da presidência, saúde e Justiça. Disse que é solicitada uma pessoa de referência para a
211 articulação em cada estado e município. Cada Secretaria combina a agenda no primeiro dia, cada um com
212 seus pares. Na tarde volta para a pactuação geral, com cronograma. A Secretaria Nacional contratou
213 consultores para atenderem os estados, além das capacitações presenciais e à distância. O Ministério da
214 Justiça é o coordenador do programa, sob coordenação da Sra Regina Miki, da Secretaria Nacional de
215 Segurança Pública. A Secretária Cida questionou a ação da assistência. Denise disse que ficou com os
216 serviços da assistência social (acolhimento para vínculos rompidos, para tratamento é da saúde, adolescente
217 infrator a saúde disponibilizará equipe). O Secretário Daniel falou da sua experiência quanto à dificuldade da
218 intersetorialidade, tendo sido marcado planejamento, com diretriz, sendo um desafio articular, e da
219 importância de uma reunião de equipe técnica para avançar na pactuação. A assessora Ana falou que a ação
220 já é programática e que deva ser implantado independente de ser contemplado, sugerindo que os estados
221 pactuem compromissos com municípios. Sra Tania sugeriu que em estados com fronteira fosse pensado no
222 chamamento de municípios envolvido. Sra Denise argumentou que quanto ao tráfico as ações são sigilosas,
223 com plano exclusivo da segurança pública e com organismos internacionais, numa relação com os estados.
224 Por último a Secretaria Denise falou da organização da oficina SUAS/SINASE Será apresentado na CIT para

225 pactuação. Será organizado, também, um encontro pela SNDH. A oficina tem este caráter preparatório.
226 Disse que há uma pressão quanto às medidas em meio aberto, para que as mesmas não sejam restritas ao
227 CREAS e que retorne a atuação das entidades. Sra Denise informou que a proposta é organizar uma
228 apresentação do SINASE e dos pontos de tensionamento. Sra Tania sugeriu que seja estabelecido um
229 cronograma e que os estados possam trazer seus posicionamentos. O FONSEAS aguardará a proposta de
230 oficina para sua contribuição na organização e mobilização das equipes. A presidenta encaminhou que a
231 proposta do encontro nacional será oportunamente enviada à SNAS. A Presidenta, por último, agradeceu a
232 presença de todos. Sem mais assuntos a tratar, a reunião foi encerrada às dezoito horas. Participei na
233 qualidade de assessora do FONSEAS e lavrei a presente ata que, lida e aprovada, segue assinada por mim,
234 pela Presidente e pelo Secretário do FONSEAS.

**Maria Aparecida Ramos de
Meneses**
Presidenta do FONSEAS

Antônio Torres
Secretário do FONSEAS

Jucimeri Isolda Silveira
Assessora do FONSEAS